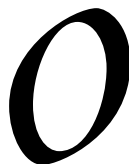


Telma de Barros Correia



MODERNISMO e O
NÚCLEO FABRIL:
O ANTEPROJETO DE LÚCIO
COSTA PARA MONLEVADÉ

RESUMO

O anteprojeto concebido pelo arquiteto Lúcio Costa para o concurso promovido em 1934 pela siderúrgica Belgo-Mineira, para Monlevade, promove uma articulação entre a forma dos núcleos fabris e os postulados da arquitetura moderna. A proposta revela influências do pensamento de Gilberto Freyre, que se evidenciam na recuperação da noção de “plasticidade” como uma qualidade essencial ao plano, expressa pelo “delineamento elástico” pretendido pelo arquiteto. A mistura de técnicas construtivas modernas e tradicionais nos projetos arquitetônicos pode ser entendida como uma manifestação contemporânea da qualidade “plástica”, tão celebrada por Freyre em relação à nossa arquitetura residencial colonial. O arquiteto recupera também princípios básicos que costumavam reger a organização espacial de núcleos fabris: dispersão, neutralização das ruas, moradias econômicas, higiênicas e protegidas dos estranhos. Trata a casa como lugar de repouso e vida familiar, enquanto investe contra a noção da rua como lugar de convívio. Propõe que a Belgo-Mineira exerça ingerência direta sobre o mobiliário e a decoração das moradias, sugerindo a reedição de procedimentos comuns nos núcleos fabris: controle da empresa sobre o comércio e sua intromissão na ordem doméstica. Os projetos dos prédios de uso coletivo promovem um encontro entre os propósitos de economia e sinceridade, presentes no discurso das vanguardas, e a lógica contábil do utilitarismo fabril. Essa atitude indica não apenas o empenho do projetista em traduzir as demandas da Belgo-Mineira, como os vínculos existentes entre os núcleos fabris – com suas contribuições para a definição do hábitat proletário moderno e a neutralização da rua – e a idéia de moradia de massa proposta pelas vanguardas modernistas.

ABSTRACT

The project of the architect Lucio Costa for a design competition which was organized in 1934 by the steel company Belgo-Mineira for a settlement at Monlevade provides a link between the form of company towns and modern architecture. Costa's proposal discloses the intellectual influence of sociologist Gilberto Freyre, which can be seen in the use of the notion of “plasticity” as an essential quality of the settlement plan and also seen in the notion of “elastic delimitation” proposed by this architect. The mixture of modern and traditional construction techniques in the settlement's architectural design can be seen as yet another contemporary manifestation of the “plasticity” notion, as celebrated by the Freyre when dealing with Brazil's colonial residential architecture. The architect also reclaims basic principles that were common in the organization of company towns: dispersion, “neutralizing” the streets and the provision of inexpensive yet comfortable and hygienic housing. The house is considered as the *locus* of relaxation and of family life, while acting against the notion of the street as a living place. Costa also proposed that the company should control the decoration in the houses, suggesting that only approved furniture be allowed, as was the case in many other factory settlements. Design projects for public buildings promoted a convergence between the proposals of economy and of architectural sincerity present in the discourse of modern movement and the logic of accountancy drawn from the factory world. This junction indicates not only the dedication with which the architect attempted to further the plans of Belgo-Mineira, but also the links between the architecture of company towns and the idea of mass housing as espoused by the modern movement.

I. INDÚSTRIA E HABITAÇÃO

A criação de núcleos fabris é um capítulo importante e pouco conhecido da urbanização brasileira. Desde a década de 1880 centenas desses núcleos, reunindo, geralmente, além de moradias, escola, armazém de consumo, igreja, cinema e clube, foram criadas por fábricas, usinas de açúcar, empresas de mineração, frigoríficos, etc., nas diferentes regiões do país. Até a década de 30 eram – com raras exceções – aglomerações que surgiam e expandiam-se sem a existência de um plano urbano prévio. A partir daquele momento é possível registrar a presença de vários engenheiros e arquitetos na concepção de alguns desses lugares. Um marco importante desse novo momento foi Monlevade, criado pela siderúrgica Belgo-Mineira, em 1937, no estado de Minas Gerais. Nas décadas seguintes sucederam-se outros exemplos importantes, entre os quais Harmonia e Lagoa, criados pela Klabin, no Paraná, Volta Redonda criada pela CSN, no estado do Rio de Janeiro e Timóteo, criado pela Acesita, em Minas Gerais.

A Companhia Belgo-Mineira surgiu em 1921, com a associação da ARBED – um consórcio belgo-luxemburguês – à Companhia Siderúrgica Mineira, que tinha sede em Sabará. Em 1925 foi fundada a primeira usina da nova empresa. A abundância de matas e de minério de ferro no município do rio Piracicaba, levou a Companhia Belgo-Mineira a instalar neste, em 1937, sua segunda grande usina siderúrgica, utilizando carvão vegetal como combustível. O local escolhido foi uma área rural junto a vias férreas e ao rio Piracicaba. Trata-se do mesmo local onde, no século 19, o engenheiro francês Jean Antoine de Monlevade produzira ferro, após chegar ao Brasil em 1817. A distância de cidades exigia da empresa a busca de soluções de alojamento para seus empregados. Em 1934 – um ano antes de iniciadas as obras de construção da usina – foi decidida a construção de um núcleo fabril e promovido um concurso para seu plano. Monlevade, o nome escolhido para o núcleo, homenageia um dos pioneiros da siderurgia no Brasil. Situada a 120 quilômetros de Belo Horizonte – no Vale do Aço – a localidade seria oficialmente elevada à condição de cidade em 1964, com a denominação de João Monlevade.

O texto a seguir discute a proposta para Monlevade, concebida pelo arquiteto Lúcio Costa. Embora o anteprojeto formulado por Lúcio Costa não tenha sido convertido em um plano urbano detalhado, nem executado, trata-se de um documento importante por explicitar a atitude do autor diante da questão da moradia operária, no contexto de um núcleo fabril.

2. O CONCURSO PARA MONLEVADE

Ao decidir promover um concurso para o plano de Monlevade, a Belgo-Mineira demarcou um novo momento na história dos núcleos fabris no Brasil,

marcado pela crescente participação de urbanistas na concepção de planos para assentamentos desta natureza. Foram 13 as propostas que participaram do concurso, cuja comissão julgadora – formada por um engenheiro, um médico e um arquiteto – concedeu o primeiro lugar à proposta da equipe de Lincoln Continentino.

O terreno escolhido para o núcleo fabril colocava grandes desafios aos concorrentes: é extremamente acidentado e cortado pelo rio Piracicaba – cujo leito se encontra em uma profunda depressão – e por duas vias férreas. Essas barreiras físicas preexistentes condicionaram propostas urbanas segmentadas. No caso das propostas de Continentino e de Ângelo Murgel, os 300 lotes previstos foram dispostos em três áreas distintas – separadas por declives e linhas férreas.

Seguindo as recomendações da empresa, o arquiteto Ângelo Murgel criou três tipos de moradias: de dois, três e quatro quartos. Distribuiu essas moradias estabelecendo uma rígida divisão social do espaço. Locou na área central, com os equipamentos de uso coletivo, as casas maiores (128 lotes), junto ao rio Piracicaba, as casas médias (112 lotes), e na faixa compreendida pelos terrenos mais elevados, as casas menores (62 lotes). Além da “praça principal”, onde dispôs os equipamentos coletivos, criou um parque margeando o rio e 13 parques menores. O sistema viário proposto define-se – conforme a topografia –, em ruas retas ou curvas com raios amplos, e reúne uma avenida, “ruas-estradas” e passagens para pedestres.

Murgel informa ter feito uma opção por uma *“arquitetura viva, lógica e verdadeira, cujas raízes mergulhem profundamente no solo pátrio”* e que esteja em *“obediência aos fatores locais tanto materiais, industriais, econômicos, climáticos como sociais”* (MURGEL, 1936, p. 280). Na igreja na qual declara ter buscado *“simplicidade e elegância”*, criou um grande painel liso na fachada, em que foram dispostas uma porta, duas esculturas e uma imensa cruz de ferro, iluminada à noite por tubos de neon. Os demais equipamentos coletivos – cinema, escola, clube e armazém – foram reunidos em um só bloco. A solução é justificada pela economia que permite, em termos da diminuição de paredes externas, redução de encanamentos e, sobretudo, pela possibilidade de peças comuns. Assim, a escola poderia utilizar as instalações de esporte do clube e o recinto do cinema, durante o dia, como anfiteatro.

No projeto das moradias, o autor indica ter buscado conciliar economia, estabilidade, beleza, durabilidade e as aspirações dos moradores. Elementos como janelas e portas foram padronizados para todas as casas. A promoção da privacidade e de funcionalização do espaço é evidenciada pela opção por casas unifamiliares, cercadas de jardim, em cujo interior estão separadas *“a parte de vida em comum da parte íntima e da de serviço”* (MURGEL, 1936, p. 281).

Lincoln Continentino definiu seu plano para Monlevade como o de uma *“cidade jardim industrial moderna”*, equiparando-a a Port Sunlight e Bournville, e arrolando entre seus inspiradores, urbanistas como Unwin, Agache, Prestes Maia

e Armando de Godoy (CONTINENTINO, 1936, p. 282). Às dificuldades do terreno – exíguo para o programa e cortado por vias férreas – são atribuídas algumas deficiências que o autor confessa ter o seu plano. Entre elas situa a insuficiência das áreas verdes e o pouco uso de arruamento em *cul-de-sac*. Como ponto de partida do plano foram eleitas as condições de saneamento – abastecimento de água, esgotos, localização do cemitério, etc. – e a manutenção da beleza natural do sítio.

Na parte menos acidentada da área foi criada uma praça em forma elíptica, com uma igreja no centro e prédios comerciais e de serviços – armazém, padaria, clube, cinema, centro administrativo (com correio, telégrafo e delegacia) – em torno. O sistema viário composto por passagens para pedestres, ruas residenciais e avenida marginal ao rio Piracicaba, tende a conformar-se em formas retilíneas ou em curvas suaves. Entre a faixa central e o passeio, foram propostas faixas gramadas com árvores de pequeno porte. Coerente com a intenção de diversidade que marca a concepção espacial das cidades-jardins, Continentino propôs ampliar os tipos de casas: dos três, sugeridos pelos organizadores do concurso, para sete. São casas cercadas de jardins, distanciadas em pelo menos quatro metros das vizinhas e cinco metros da rua.

Os planos de Continentino e Murgel incluem propostas bastante detalhadas, a definir o sistema viário, o parcelamento, os projetos das moradias e dos equipamentos coletivos, os sistemas de saneamento e drenagem, etc. Outro concorrente, Lúcio Costa, apresentou um plano bem menos atento aos múltiplos aspectos técnicos envolvidos, entretanto, bastante instigante em termos de estratégia discursiva e de articulação entre a tradição dos núcleos fabris e os procedimentos difundidos pela arquitetura e pelo urbanismo modernos.

3. O “DELINEAMENTO ELÁSTICO” DO PROJETO

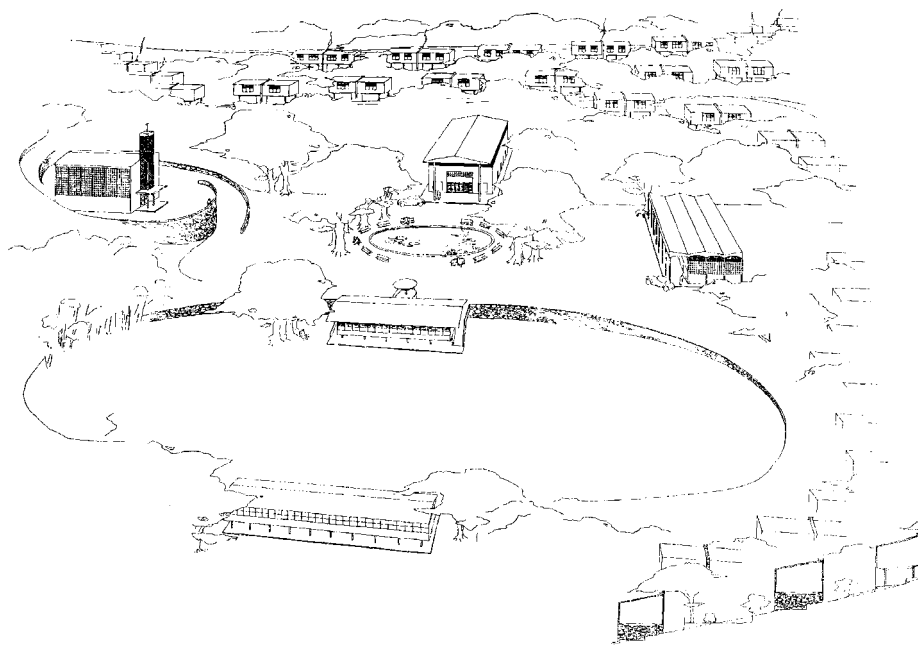
Lúcio Costa inicia seu memorial confessando não conhecer o local escolhido para Monlevade. Em seus desenhos é, de fato, impossível reconhecer o lugar. Seu esboço do conjunto sugere um terreno com ondulações, embora muito distante da dramática configuração topográfica do sítio, e sem considerar o rio, os abismos e as vias férreas que cruzam a área. Estando, contudo, ciente de tratar-se de um local bastante acidentado, coloca a maleabilidade do traçado em frente do sítio como o ponto de partida de sua proposta.

Com esse recurso, o autor busca converter o que poderia ser visto como uma deficiência grave de sua proposta – não considerar o sítio real –, em seu principal mérito. Assim, procura inverter os termos do problema: enquanto seus concorrentes fazem malabarismos para resolver o programa proposto em um sítio bastante singular, Lúcio Costa traça as linhas gerais de um plano, cuja pouca definição, em termos de sistema viário e parcelamento, confunde-se em sua

estratégia de argumentação na busca de evitar desenhos rígidos e pouco maleáveis, mostrados como inadequados à topografia acidentada do local.

Três requisitos básicos foram indicados por Lúcio Costa como norteadores de seu plano: reduzir ao mínimo os movimentos de terra, prejudicar o menos possível a beleza natural do lugar e evitar “*delineamentos rígidos ou pouco maleáveis, procurando, pelo contrário, aquele delineamento que se apresentasse como mais elástico, tornando assim fácil a sua adaptação conveniente às particularidades topográficas locais*” (COSTA, 1936, p. 115).

Figura 1: A elasticidade da forma: a proposta de Lúcio Costa para Monlevade
Fonte: Costa, 1936, p. 114



Essa intenção de um agenciamento do plano que reduza ao máximo a interferência na paisagem natural parece determinada mais pela busca de economia – central nos projetos de núcleos fabris – que por uma adesão do arquiteto a essa forma de tratar a relação entre cidade e natureza. Nada mais contrastante com esta atitude que os gigantescos movimentos de terra os quais propôs, posteriormente, para o eixo monumental de Brasília.

A justificativa dada pelo arquiteto para essa opção projetual, por outro lado, denuncia uma influência do pensamento de Gilberto Freyre, especialmente de *Casa grande e senzala*, em sua obra. A ideia de “*delineamento elástico*” aproxima-se da noção de “*plasticidade*”, central no pensamento de Freyre. Os vínculos intelectuais entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre evidenciam-se várias vezes nas obras de ambos. No prefácio da primeira edição de *Casa grande e senzala*, de 1933, Freyre cita trecho do artigo de Costa “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929, no qual este descreve suas impressões dos casarões antigos de Sabará, Ouro Preto e Mariana, em termos de um reencontro consigo mesmo.

Freyre recorre a essa citação ao sugerir a história da casa como um ponto de partida importante para se entender a história de um povo, de sua vida doméstica, religiosa, social, etc. Lúcio Costa, por sua vez, cita Freyre no artigo “Documentação necessária”, de 1937, ao apontar, entre as qualidades de nossa arquitetura residencial colonial, sua adaptação ao meio (COSTA, 1962, p. 87). Embora sem fazer qualquer referência direta a Gilberto Freyre, o anteprojeto de Monlevade – concebido pouco depois da publicação de *Casa grande e senzala* – é, talvez, o momento da obra de Lúcio Costa em que se revela com mais força o impacto desse livro.

Em *Casa grande e senzala*, Gilberto Freyre define o Brasil colonial como a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência, enfatizando o sucesso dos portugueses em uma tarefa na qual muitos outros europeus fracassaram. Tarefa que, para o autor, foi grandiosa. Significou vencer uma infinidade de condições desfavoráveis ao estabelecimento de europeus em um meio totalmente estranho, com condições físicas adversas. Segundo o autor, o que permitiu vencer esses enormes obstáculos foi a “plasticidade” ou “elasticidade” que atribui ao português do século 16; um indivíduo flutuante, de comportamento flexível, dotado de grande mobilidade e adaptabilidade, tanto social como física. Uma mobilidade excepcional que permitiu a um país de população pequena deslocar e espalhar indivíduos nos vários pontos do planeta, ocupando localizações estratégicas na Ásia, África, América e em numerosas ilhas. A intensa miscigenação entre portugueses e nativos é apontada como mais uma evidência do caráter plástico dos primeiros.

A “aclimatabilidade” é outra das evidências assinaladas. Freyre indica como, no Brasil, defrontaram-se os colonizadores com um mundo desconhecido, estranho, reunindo circunstâncias imprevisíveis e inéditas, absolutamente diversas de seu país: clima quente, regime de águas irregular, oscilando entre enchentes e secas; uma multidão de larvas e insetos nocivos à agricultura e agressivos ao homem; grandes extensões de terras, aumentando as distâncias e exigindo um grande esforço de defesa da imensa costa; solo, com algumas exceções, desfavorável à agricultura; condições que não permitiam a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano, nem o desenvolvimento de muitas das culturas às quais estavam acostumados.

A grande qualidade dos portugueses enquanto colonizadores, para Freyre, residiu na capacidade evidenciada de adaptação a esse meio, amoldando-se às condições climáticas e ambientais locais. Tal capacidade se revelou em inúmeros aspectos: na mudança de hábitos alimentares – cuja base se desloca do trigo à mandioca – incorporando ao cardápio produtos tropicais, substituindo alguns ingredientes em seus pratos tradicionais. Outros exemplos dessa adaptabilidade são buscados no uso, em casa, de roupas simples e folgadas e na tolerância de uniões irregulares, solidárias com um aumento de nascimentos favorável ao povoamento. Nesse criativo processo de adaptação a condições inteiramente

estranhas, absorveram seletivamente influências das culturas indígena e africana, recuperaram práticas aprendidas com os árabes e extremo Oriente. Evidências do gênio plástico dos portugueses e de seu talento de adaptação aos trópicos são apontadas na medicina pelos aprendizados com os curandeiros indígenas. Na habitação usaram em algumas situações a cobertura de palha dos índios, dos quais também absolveram a rede; dos árabes recuperaram o hábito de sentar-se em tapetes e esteiras, o azulejo e as gelosias; dos asiáticos a parede grossa, o alpendre e a telha recurvada em asas de pombo.

“A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou pedra e cal, cobertura de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata.” (FREYRE, 1989)

As referências elogiosas à nossa arquitetura residencial colonial na obra de Lúcio Costa remontam aos anos 20. Em 1929 referia-se a essa arquitetura como robusta, forte, maciça e dotada de linhas calmas e tranqüilas (COSTA, 1962, p. 14-15). Em 1931, no artigo “Uma escola viva de Belas-Artes”, tal arquitetura surge como pura, honesta e dotada de uma relação de integridade entre as técnicas construtivas empregadas e a expressão formal. Informa ter se inspirado na Bahia, no Recife e em Minas, em sua opção por uma arquitetura contemporânea e coerente com nossos materiais, costumes e meios de realização (COSTA, 1987, p. 47-48). Após 1933, esses elogios incorporariam novos argumentos inspirados em Freyre. Em *Documentação necessária* – citando diretamente o sociólogo – à pureza e despreensão é acrescida outra qualidade à nossa arquitetura residencial colonial: ser adaptada ao meio (COSTA, 1962, p. 86-87). Simultaneamente, a palavra “elasticidade” – no sentido empregado por Freyre para “plasticidade” – é incorporada ao discurso de Costa (COSTA, 1936, p. 29 e 72).

As notórias influências do pensamento de Gilberto Freyre sobre Lúcio Costa expressam-se em diferentes aspectos, entre os quais a abordagem do arquiteto sobre a relação entre modernidade e tradição na arquitetura brasileira. A antropóloga Silvana Barbosa Rufino já assinalou como esta abordagem se expressa em análises teóricas de Costa sobre a arquitetura brasileira. Mostrou também como o discurso de Gilberto Freyre foi apropriado como fonte de legitimação de posições no interior do SPHAN (RUFINO, 1992).

Na proposta para Monlevade, estas influências se evidenciam, especialmente, na recuperação da noção de plasticidade, como uma qualidade essencial ao plano. A expressão “elástico” para definir o delineamento pretendido é esclarecedora a esse respeito. A mistura de técnicas construtivas artesanais e modernas é outra expressão dessa busca de estabelecer elos entre o novo e o

tradicional, entre o local e o internacional, central nas qualidades atribuídas por Freyre ao conceito de “plasticidade”.

No projeto das moradias, o “delineamento elástico”, postulado por Costa, expressa-se no uso de pilotis que permite pousar a casa sobre um solo em declive, sem maiores obras de terraplenagem. Também se manifesta na disposição dos blocos de duas casas geminadas em ruas irregulares, dotadas, conforme o autor, da “feição desprerenciosa peculiar às estradas” (COSTA, 1936, p. 117). O pilotis foi justificado tanto por questões econômicas – a dispensa de movimento de terras em locais de grande declividade e a economia nas fundações – quanto por questões de conforto, ao permitir afastar o piso do solo, eliminando a umidade, e ao criar no térreo um amplo espaço útil coberto, agradável para trabalhos caseiros, recreio e repouso.

Coerente com seu intuito de conciliar técnicas novas e tradicionais, este também tributário da noção de plasticidade de Freyre, Lúcio Costa propõe reunir nas casas concreto armado e taipa; telhas de fibrocimento e forros de taquara. Sobre a laje apoiada nos pilotis, o arquiteto propõe paredes de taipa, adequadas pela leveza e economia e por estarem, isoladas do solo, livres de seu maior inconveniente, a umidade. Enquanto na igreja e no cinema recomenda forros de laje de concreto, nas escolas e nas casas sugere o uso de forros de taquara. Contrastando com a taquara artesanal e local para a cobertura das casas e demais prédios, recomenda telhas “Eternit” – na época, importadas da Bélgica – justificadas pela leveza, durabilidade e qualidades térmicas.

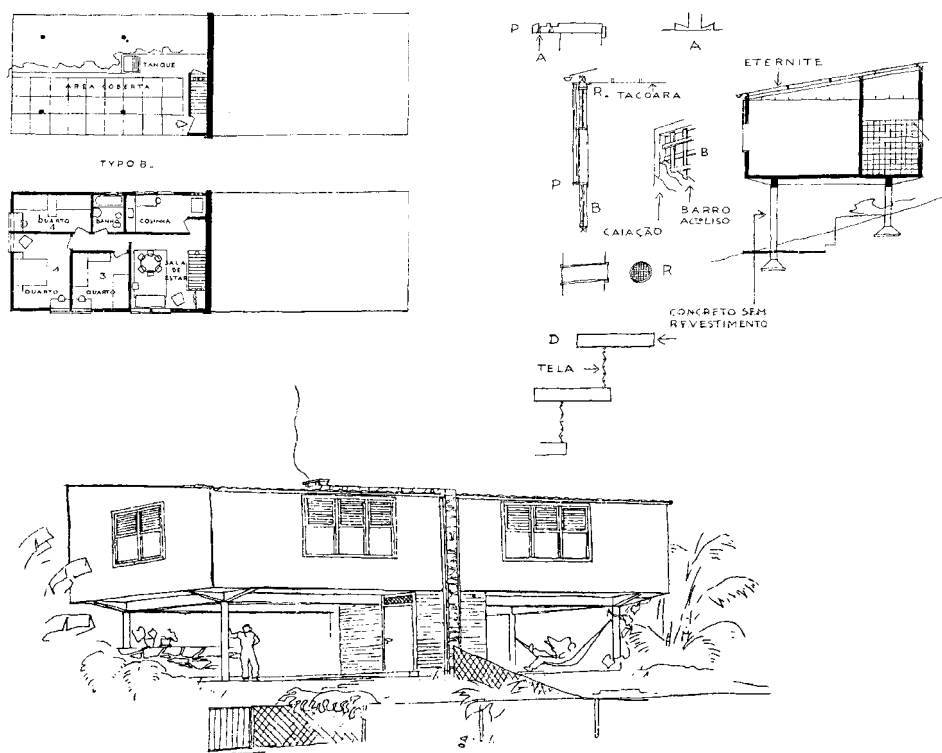


Figura 2: O diálogo entre técnicas modernas e tradicionais, na proposta de Lúcio Costa para as moradias em Monlevade
Fonte: COSTA, 1936, p. 118-119

Em 1937, Costa haveria de insistir na idéia de recuperar a técnica da taipa, interpretando as casas feitas “do mato próximo e da terra do chão” como “coisa legítima da terra”, e lamentando a incompreensão que teria, em sua opinião, conduzido à recusa de seu projeto para Monlevade:

“... O engenhoso processo de que são feitas – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caiando-se convenientemente as paredes, para evitar-se a umidade e o “barbeiro”, deveria ser adotado para casas de verão e construções econômicas de um modo geral. Foi o que procuramos fazer para a vila operária de Monlevade, perto de Sabará, a convite da Companhia Belgo-Mineira – não tendo sido o projeto levado a sério, já se vê.” (COSTA, 1962, p. 90).

Abrindo um parênteses, curiosamente acima Lúcio Costa situa Monlevade perto de Sabará – cidade onde há outra usina da Companhia Belgo-Mineira e que se localiza a cerca de 150 quilômetros de Monlevade –, mostrando que seu confesso desconhecimento da área para a qual formulou seu anteprojeto era maior que o sugerido pelo arquiteto quando assinalou, no memorial, conhecer a região.

Nesse anteprojeto, da definição dos requisitos gerais do plano aos detalhes construtivos das casas, a concepção é norteadada pela busca de diálogo entre o novo e a tradição, entre o internacional e o local, entre o popular e o erudito. Na eleição do que deve ser recuperado de cada um desses mananciais, vale o gosto e os argumentos técnicos e econômicos do arquiteto e as demandas diversas da empresa, dona do empreendimento.

4. ARQUITETURA MODERNA E LÓGICA FABRIL

Em sua proposta para Monlevade, Lúcio Costa promove uma articulação entre elementos usuais da ordem urbana e social dos núcleos fabris e princípios da arquitetura e do urbanismo modernos. A concepção do projeto recupera os princípios básicos que costumam reger a organização espacial de núcleos fabris: dispersão; neutralização das ruas; moradias econômicas, confortáveis, higiênicas e protegidas dos estranhos, pensadas como lugar de repouso e vida familiar e cujo contraponto é a rua deserta. Costa propõe que a empresa exerça uma ingerência direta sobre o mobiliário e a decoração das moradias, sugerindo que sejam reeditados procedimentos comuns nos núcleos fabris: o controle rígido sobre o que é comercializado e a intromissão da empresa na ordem doméstica. Nos projetos dos prédios de uso coletivo, os propósitos de economia e sinceridade, defendidos pelas “vanguardas modernistas”, articulam-se à fria lógica contábil que preside o mundo industrial.

A solução habitacional proposta por Lúcio Costa para Monlevade foi a criação de casas unifamiliares, geminadas duas a duas. Seguiriam um mesmo

projeto básico, variando apenas com relação ao tamanho: haveria casas de dois, três ou quatro quartos. Nos dois modelos maiores, as dimensões da sala e da cozinha são ampliadas. Costa insiste em evitar que os quartos abram para a sala, solução usual nas moradias baratas na época. Defende a criação de uma pequena circulação interna entre quartos e banheiro, como medida essencial para garantir o sossego na sala *“que, de outra forma, se teria transformado ela própria em corredor”* (COSTA, 1936, p. 116). A opção por dispor as casas duas a duas cercadas por jardins foi justificada como forma de *“permitir maior intimidade, relativo isolamento”* (COSTA, 1936, p. 117). Essa preocupação com a garantia de uma circulação íntima e da sala como local tranquilo – isolado da circulação interna e do exterior (pelo pilotis), evidenciam o compromisso do arquiteto com a noção de casa como lugar de repouso e privacidade.

A garantia de conforto e higiene é outra preocupação central, expressa na busca de uma *“orientação vantajosa”* para todas as casas, na criação de um banheiro relativamente amplo em todas elas, janelas que garantam uma ventilação adequada dos interiores, no uso de forros e cobertas considerados convenientes em termos térmicos. Protegida do exterior e dotada de condições adequadas de conforto, esta casa reúne as características essenciais do hábitat proletário moderno.

O contraponto desse modelo de hábitat – desde as cidades mineiras e núcleos fabris do século 19 – é a rua deserta. Em seu projeto, Costa investe resolutamente contra a noção da rua como lugar de convívio. Defendendo as casas em blocos de duas e cercadas de jardim, argumenta que após um dia de trabalho em uma *“indústria tão ruidosa”*, deveria ser natural que os operários preferissem trocar seu conhecido *“gosto da vizinhança”* por um interior tranquilo (COSTA, 1936, p. 117). Sua inequívoca intenção de esvaziar as ruas evidencia-se quando retira delas todo e qualquer pretexto para outro uso que não seja a circulação. Em seu memorial, a palavra rua surge entre aspas. Convertê-las em meros caminhos é sua pretensão:

“As ‘ruas’ pedidas deveriam conservar, tanto quanto possível, aquela feição despretençiosa peculiar às estradas – fazendo-se em vez de calçadas, simples caminhos de placas de concreto fundidas no lugar e com juntas de grama para se evitarem as trincas futuras: atualização das velhas ‘capistranas.’” (COSTA, 1936, p. 117)

Acima, o procedimento usual de atualização da tradição em Lúcio Costa é mobilizado para justificar uma das grandes novidades oferecidas ao urbanismo pelos núcleos fabris do século 19: a neutralização e o esvaziamento das ruas. Novidade abraçada com entusiasmo por arquitetos como Le Corbusier, o qual chegou a anunciar o fim da rua.

Entre os recursos mobilizados desde o século 19 para o esvaziamento das ruas – regulamentos controlando o uso, redução do comércio, combate à mendicância, etc. – alguns recorrem ao uso da vegetação – jardins afastando as

casas e seus moradores das vias. Em Monlevade, Costa recomenda o aproveitamento das árvores existentes, e que o plano trate tanto da arborização de praças e ruas quanto dos jardins das casas, estabelecendo normas, tais como a proibição de poda das árvores em formas geométricas. Essa idéia de ingerência da administração da empresa sobre o ambiente doméstico nos núcleos fabris é algo inerente à história destes lugares, repleta de exemplos de inspeções aos interiores das moradias e de criação de normas referentes aos cuidados com os jardins.

Para Monlevade, Lúcio Costa propõe que a empresa exerça uma ingerência direta sobre o mobiliário e a decoração das moradias. Nesse sentido, propõe três iniciativas: duas baseadas no convencimento e uma na mera repressão. Como forma de seduzir os moradores pelos valores da decoração de interiores que postula, o arquiteto propõe que seja organizada uma exposição, contrapondo um interior julgado adequado e um inadequado:

“... a título de propaganda e educação dos futuros moradores da vila, seriam expostas – por ocasião da inauguração das primeiras casas – uma, mobiliada com móveis ‘Standard’ recomendados, outra, com o mobiliário disparatado de que habitualmente se entulham as casas operárias à imitação dos não menos entulhados ‘interiores’ burgueses. A arrumação da ‘casa modelo’ poderia ser completada com utensílios de uso doméstico, econômicos e despretenciosos, vendidos no armazém local: esteiras ou tapetes de corda, ‘linon’ com desenhos simples de pintas ou xadrez, louça ‘toda branca’, vasos de barro, etc., etc.” (COSTA, 1936, p. 117)

Compreendendo que a exposição poderia não surtir os efeitos esperados, Lúcio Costa apresentou uma medida complementar: a proibição de venda no núcleo fabril de móveis, utensílios e objetos que julga de mau gosto ou inadequados:

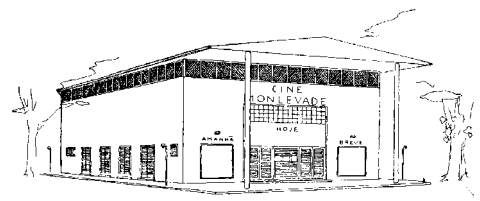
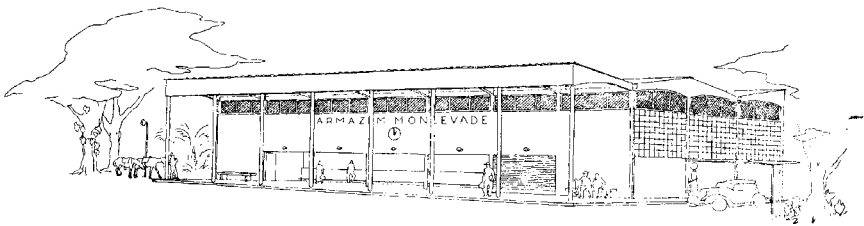
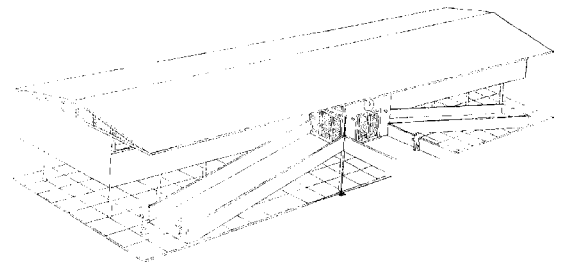
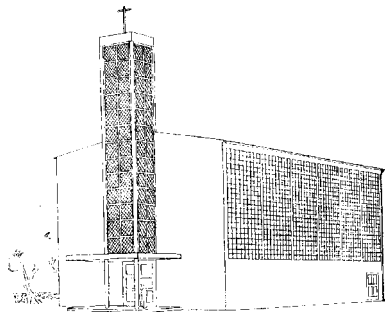
“... seria de toda a conveniência a administração da vila simplesmente ‘proibir’ a venda no referido armazém de ‘sentinetas’, ‘falsos brocados’ e toda essa quinquilharia de mau gosto com que indústrias baratas costumam inundar os subúrbios e o interior.” (COSTA, 1936, p. 117).

Nesse aspecto, o arquiteto propõe reeditar um procedimento muito comum nos núcleos fabris desde o século 19: o controle rígido sobre o que é comercializado. Como dona do lugar, a empresa costumava tratar o comércio como mais um serviço que oferece aos moradores, criando e administrando um armazém ou facultando a terceiros a exploração da atividade. Nos dois casos, a ascendência da empresa sobre a atividade estava garantida, e foi usada, muitas vezes, para controlar os preços e os produtos vendidos. Usualmente este controle se voltava a objetivos morais e de defesa da produtividade no trabalho. Em Monlevade, Lúcio Costa pensou reeditar a prática, porém subordinando-a a novo requisito: o seu conceito, bom gosto, no arranjo dos interiores. Tradicionalmente este tipo de controle em núcleos fabris foi usada para evitar o comércio de

bebidas, cigarros e armas com seus efeitos julgados danosos sobre a segurança e a produtividade no trabalho; agora o arquiteto pensa mobilizar esta mesma autoridade para promover o que considera conveniente ao arranjo doméstico, reeducando o gosto estético dos trabalhadores e formando novas sensibilidades. O utilitarismo é mobilizado para justificar essa investida contra o gosto popular, argumentando-se a necessidade de estimular nos moradores “o interesse pela conservação – e não pelo enfeite” (COSTA, 1936, p. 117). Como medida suplementar para atingir esses objetivos, o arquiteto recomenda: “... todos os anos em dias não estabelecidos previamente, uma comissão examina as casas, conferindo como prêmio, às melhor conservadas, dispensa de aluguel por prazo que varia de um a doze meses” (COSTA, 1936, p. 117).

Os projetos dos prédios de uso coletivo – armazém, escola, clube, cinema e igreja – foram, segundo o autor, norteados pela “simplicidade” e “clareza”. Aqui os propósitos de economia e sinceridade, presentes no discurso das “vanguardas modernistas”, encontram-se com a lógica contábil do utilitarismo fabril. Lúcio Costa impõe, entretanto, limites claros à simplicidade desejada: um dos quais é imprimir aos prédios o caráter de sua finalidade. A ascendência da igreja sobre os demais prédios é garantida por sua implantação em terreno elevado e pela verticalidade do prédio dotado de inevitável torre. O armazém é provido de uma galeria aberta percorrendo toda sua fachada principal e recuperando um elemento típico dos mercados públicos do início do século 19. O cinema, com seu pórtico frontal, não deixa de resgatar algo da pompa dos teatros do século 19. Reunindo esses prédios e o clube em torno de uma praça, o arquiteto cria um centro funcional e simbólico, em volta do qual dispõe as moradias.

Figura 3: Os propósitos de economia e de busca de sinceridade arquitetônica, nos projetos de Lúcio Costa, para os prédios de uso coletivo em Monlevade
 Fonte: COSTA, 1936, p. 121-128



A concepção do anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade recupera os princípios básicos que costumam reger a organização espacial de núcleos fabris: dispersão, neutralização das ruas, moradias confortáveis, higiênicas e protegidas dos estranhos. Se a marca pessoal do arquiteto é fortemente assinalada nos detalhes construtivos e na argumentação do memorial, a concepção geral do projeto revela uma total adesão à velha lógica do núcleo fabril. Essa sintonia com o espírito fabril é denunciada nos esboços que acompanham o memorial descritivo, inclusive pela forma com que o arquiteto dispõe relógios – este símbolo do regime temporal reinante no mundo fabril – no centro das fachadas dos prédios do armazém e da escola. Sugerindo regulamentos relativos à conservação dos jardins e à venda de utensílios domésticos, Lúcio Costa busca apropriar a abrangência do controle patronal sobre núcleos fabris, para impor aos moradores novas formas de ordenar e conservar suas casas e neles desenvolver novas sensibilidades no âmbito da ambientação doméstica.

Essa sintonia revela não apenas o empenho do projetista em traduzir as demandas colocadas pelo programa estabelecido pela Belgo-Mineira, como os vínculos íntimos existentes entre os núcleos fabris – com sua contribuição para a definição do hábitat proletário moderno, para a neutralização da rua e para a noção de unidade de vizinhança – e a idéia de moradia de massa proposta pelas “vanguardas modernistas”.

BIBLIOGRAFIA

- CONTINENTINO, Lincoln. Plano de urbanização da cidade operária de Monlevade. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 3, n 4, set. 1936.
- COSTA, Lúcio. Anteprojeto para a Villa de Monlevade. Memorial Descritivo. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, maio 1936.
- _____. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional. In: *Documentação necessária*. 1 volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Razões da nova arquitetura. In: *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Documentação necessária. In: *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Universidade do Brasil. In: *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Uma escola viva de Belas-Artes. In: *Arquitetura moderna brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini, Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- METALURGIA E DESENVOLVIMENTO: A corrida dos metais no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Metais, 1989.

MURGEL, Ângelo A. Projecto da cidade operária de Monlevade. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, set. 1936.

RUFINO, Silvana Barbosa. Gilberto Freyre e Lúcio Costa, ou a boa tradição. O patrimônio intelectual do Sphan. Campinas, *Óculum*, n. 2, set. 1992.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Monlevade, Lúcio Costa, habitação operária, núcleo fabril, arquitetura moderna, urbanismo moderno.

Monlevade, Lúcio Costa, workers' housing, company towns, modern architecture, modern urban planning.

Obs.:

Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, realizado em Natal, em 2000.

Telma de Barros Correia

Arquiteta e mestra pela UFPE e doutora pela FAUUSP. Docente da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.